

SUMÁRIO

Capítulo 1 – DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 1.1 – **CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**
Silvio Luis Ferreira da Rocha 23
- 1.2 – **SOBRE O DIREITO PÚBLICO À SAÚDE: SIMBÓLICA ANÁLISE CRÍTICA DE PRECEDENTE COM POTENCIAL IRRADIADOR EM BUSCA DO “CAMINHO DO MEIO” (AFASTAMENTO DAS ABSOLUTIZAÇÕES NÃO RAZOÁVEIS)**
Bruno Espiñeira Lemos 43
- 1.3 – **O ARGUMENTO FINANCEIRO DA RESERVA DO POSSÍVEL: A FALÁCIA DO ESTADO OMISSO**
Ricardo Maurício Freire Soares 63

Capítulo 2 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 2.1 – **A APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO NA REVISÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: DIÁLOGO ENTRE O DIREITO PRIVADO E O DIREITO PÚBLICO**
André Borges de Carvalho Barros 69
- 2.2 – **ESTADO DE DIREITO E ESTADO DE LEGALIDADE – A APLICAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**
Flávio Tartuce 91
- 2.3 – **DIÁLOGOS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO – DOAÇÃO DE BENS PÚBLICOS VS. CESSÃO REAL DE USO – ANÁLISE DA SÚMULA 01 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
Evaldo de Paula e Silva Junior e Inacio de Carvalho Neto 113

Capítulo 3 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- 3.1 – **A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL EXCLUSIVA DOS AGENTES POLÍTICOS EM RAZÃO DE ATOS ILÍCITOS COMETIDOS COM DOLU OU CULPA**
Cássio Carvalho Correia de Andrade 141
- 3.2 – **NEXO DE CAUSALIDADE POR OMISSÃO ESTATAL**
Maria Clara Osuna Diaz Falavigna 153

- 3.3 – A RESPONSABILIDADE CIVIL POR CONDUTA OMISSIVA DO ESTADO: A BUSCA PELO FUNDAMENTO JURÍDICO PARA A APLICAÇÃO DA TEORIA SUBJETIVA**
Fernando Gaburri 175
- 3.4 – A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES DE REPARAÇÃO CIVIL CONTRA O ESTADO**
Leonardo de Faria Beraldo 199

Capítulo 4 – DIREITO AMBIENTAL

- 4.1 – RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E A AÇÃO INDIVIDUAL**
Antônio Figueiredo Guerra Beltrão 215
- 4.2 – LIMITAÇÕES AMBIENTAIS AO DIREITO DE PROPRIEDADE E A POSIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE**
Marise Costa de Souza Duarte 229

Capítulo 5 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

- 5.1 – A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E AS ALTERAÇÕES IMPOSTAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 62/09**
Leonardo José Carneiro da Cunha 255
- 5.2 – EFICÁCIA RESCISÓRIA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO: UM IMPERATIVO DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO**
Marina Mariani de Macedo Rebahie 281
- 5.3 – RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E PODER PÚBLICO: UM PRECEDENTE DO STJ SOBRE DESAPROPRIAÇÃO**
Fernanda Tartuce e Luiz Dellore 307
- 5.4 – A ILEGITIMIDADE ATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA A TÍTULO DE RECEITA PRÓPRIA, SOB O ENFOQUE DO RECENTE JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.194-4 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**
Rodrigo Lima Klem 331
- 5.5 – A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO**
Rodolfo Pamplona Filho e Tárisis Silva de Cerqueira 345

Capítulo 6 – EXECUÇÃO FISCAL

- 6.1 – ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE EXECUÇÃO FISCAL**
José Augusto Delgado 401

6.2 – OS REFLEXOS DAS REFORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA DEFESA DO EXECUTADO EM SEDE DE EXECUÇÃO FISCAL	
<i>Aline Araújo Passos</i>	461
6.3 – A UNIÃO E O ABUSO DO DIREITO: EXECUÇÃO FISCAL PARA RECEBER DÍVIDA DE CRÉDITO RURAL	
<i>Ezequiel Moraes e Diogo Bernardino</i>	489
 Capítulo 7 – DIREITO FINANCEIRO	
7.1 – O PODER CAUTELAR DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	
<i>Valdecir Pascoal</i>	527
7.2 – ACHEGAS SOBRE A LEGITIMIDADE ATIVA PARA A EXECUÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS CONDENATÓRIAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	
<i>Cristiano Chaves de Farias e Luciano Chaves de Farias</i>	547
 Capítulo 8 – PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	
8.1 – FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO INSTITUÍDA PELO PODER PÚBLICO E O CONCEITO DE FAZENDA PÚBLICA PARA FINS TRIBUTÁRIOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA	
<i>Ricardo Antônio Lucas Camargo</i>	565
8.2 – A JURISPRUDÊNCIA DO DIREITO CONCURSAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES, A FAZENDA PÚBLICA E A DISCIPLINA JURÍDICA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS	
<i>Emanuelle Urbano Maffioletti</i>	581
POSFÁCIO	599
ÍNDICE ALFABÉTICO	601